

Centrão ainda busca assinaturas

Nenhuma emenda conseguiu 280 adesões e o grupo trabalha dobrado



Centrão e Grupo dos 32 reunidos: a constatação de que um precisa do outro

RITAMARIA PEREIRA
Da Editora de Política

— Ao contrário do que vinha sendo apregoado pelo grupo, o Centrão não conseguiu ainda atingir as 280 assinaturas em nenhuma das onze emendas coletivas que pretende apresentar hoje na Constituinte. No princípio, os líderes centristas chegaram a estabelecer como norma que o signatário de uma emenda teria necessariamente que apoiar as demais. Devido às dificuldades de conquistar adesão a esta tese, "liberaram geral", o que nem por isso facilitou o trabalho. Ontem, as emendas só levavam a assinatura de 220 constituintes. Mas os deputados Basílio Villani e Dado Coimbra, bem como o líder do Centrão, Ricardo Fluzza, ainda mantinham a esperança de atingir a maioria até hoje à noite.

— **SDS** — com este código que se traduz por "só Deus sabe", o deputado Basílio Villani deixou transparecer que seu esforço para coletar as assinaturas estava ameaçado. Há três dias que ele só come sanduíche com refrigerante, evitando se ausentar da sala onde está instalada a secretaria geral do Centrão. Dali, tenta mobilizar os colegas para virem assinar as onze emendas. Segundo o deputado Ricardo Fluzza, as frases mais repetidas são "se não for assim eu não quero" ou, "isso não me satisfaz".

— **Justiça**: o grupo dos 32 quer o Conselho Federal de Justiça atuando junto ao Superior Tribunal de Justiça, e o Centrão discorda.

— **Audiência**: o grupo dos 32, ao contrário do Centrão, não aceita a audiência preliminar nos processos judiciais.

— **Aposentadoria**: o grupo dos 32 quer a aposentadoria do magistrado aos 70 anos de idade e o Centrão quer aos 65 anos.

— **Conselho**: o Centrão, ao contrário do grupo dos 32, não concorda com a criação do Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público.

— **Procurador**: o Centrão quer que o procurador-geral da República seja de livre escolha do Presidente da República, e o grupo dos 32 quer que o Ministério Público Federal forme lista tripartite para a escolha.

— **Advocacia**: o Centrão propõe a substituição da procuradoria-geral da União pela advocacia-geral, do que discorda o grupo dos 32.

ACORDO

Outros pontos importantes já são objeto de acordo, como a licença gestante de 120 dias, sem prejuízo do emprego ou da remuneração, a jornada de trabalho de 44 horas semanais e a remuneração da hora extra superior à do trabalho normal em no mínimo 50 por cento.

Segundo Távora, já estão acertados todos os artigos sobre direitos individuais e a parte relativa ao governo, mas haveria problemas quanto à proposta para a saúde.

Independente do prazo de conclusão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, Egídio Ferreira Lima explica que se a emenda for aprovada pelo Plenário, tão logo fique pronta a Constituição o presidente da República cuidará da composição do Gabinete e da indicação do primeiro ministro. Com um trabalho paralelo que está sendo feito pela liderança do PMDB, o líder do PCB Roberto Freire revelou que os partidos de esquerda trabalharão em plenário, com pedidos de destaques, em cima da emenda substituída de Egídio Ferreira Lima, sobre sistema de governo, uma vez que não houve tempo hábil para uma maior discussão sobre a proposta.

Durante todo o dia de ontem dezenas de parlamentares peemedebistas transitaram pela liderança do partido na Constituinte, onde o deputado Nelson Jobim instalou o banco de emendas, na tentativa de garantir o aproveitamento de suas propostas. Como cada deputado só tem o direito de apresentar 4 emendas individuais, muitos levaram as sugestões que tinham de reserva para análise de Jobim.

A emenda, que está sendo articulada pelo deputado Nelson Jobim, já foi submetida à consideração de algumas lideranças do PMDB que, segundo Ulysses Guimarães, reagiram positivamente à ideia. Resta agora, ao presidente da Constituinte, conversar com os líderes dos demais partidos.

A exigência do quorum de dois terços para modificar o texto constitucional é, do ponto de vista de Ulysses Guimarães, o mesmo que "engessar a Constituição". Ele argumentou, ontem à tarde, que a dinami-

passar otimismo, os encarregados das articulações do Centrão para a coleta de assinaturas deixam transparecer suas dificuldades em conquistar adesões, confirmando um sem número de declarações de constituintes segundo as quais estavam com eles apenas para mudar o regimento interno. Outros, desinteressados normalmente, continuam de férias nas praias e montanhas ou nas suas cidades de origem.

O líder do PTB, deputado Gastone Righi, já admite desde ontem que não terão 280 assinaturas para nenhuma das onze emendas. É uma desgraça, resumiu, aproveitando para defender o Centrão que, no seu entender, é dono das emendas mais progressistas e avançadas. Todavia, suas preocupações se voltam para as dificuldades que virão com tantos problemas.

Correm no Centrão as versões mais pitorescas a respeito das razões pelas quais os constituintes se negam a assinar as emendas. Tudo peculiaridade. Um evangélico, por exemplo, disse que primeiro quer ver assegurado que não haverá cobrança de direito autoral em obra baseada na Bíblia. Outro, reclama que quer reservar 50% das verbas de irrigação para o Nordeste. O deputado Cunha Bueno protestou porque lhe negaram a inclusão do plebiscito monárquico: como definiu Fluzza, "cada um quer dar seu pláto".

— Mas o deputado Ricardo Fluzza acha que isso tudo estava previsto e não traz surpresa de qualquer natureza. E até providenciou um protesto violento contra aqueles que quiseram colher nas dependências fiscais do Centrão assinaturas para emendas versando de mandato e sistema de governo. Isso é problema moral, alegou, lembrando que existe compromisso formal

de não tratar destes dois temas entre os centristas. Sua fala, na verdade, foi um esforço adicional para eliminar as resistências que vêm ocorrendo contra as emendas do Centrão, dificultando a coleta das assinaturas, que pouco evoluiu. Segunda-feira eram 172; ontem, 220. O deputado Basílio Villani trabalha com o que chama de "estoque para queimar" de 36 nomes, qual seja o que corresponde a diferença entre 280 e os 316 constituintes listados como membros do grupo. Mas tem um mapa onde se vê claramente que cerca de 100 ainda não assinaram.

— Mas não param aí os problemas. O senador Aurore Melo, que não viaja de avião, e vem de Manaus, ainda não chegou depois de três dias de viagem. Ele pega o navio até Belém, depois chega de carro a Brasília. A última notícia é de que tinha passado por Araguaína, em Goiás.

Já o deputado Alvaro Valle, querendo aproveitar um pouco mais seu passeio pela Europa, mandou via aérea as assinaturas nos papéis padronizados que levou, em mãos um amigo. Um mineiro acabou localizado com a ajuda de quatro Delegacias Policiais instaladas nos municípios onde era o mais votado. O senador Carlos Alberto De Carli foi localizado em Búzios, no Rio de Janeiro, com a ajuda de uma salva-vidas.

Além do vale tudo para fechar as assinaturas promovido pelos coordenadores do Centrão, eles contam com a ajuda de pessoas do Executivo, como o ministro da Saúde, Borges da Silveira, que arregaçou as mangas, pegou o telefone e está ligando para os constituintes pessoalmente. Mesmo com tudo isso, é vágua a conquista das adesões.

O primeiro dia do prazo de apresentação de emendas continua sendo o recordista, com 271 proposições apresentadas à Secretaria. Na sexta-feira, os constituintes entregaram 203 propostas; sábado e domingo, apenas duas em cada dia; segunda, 96; e ontem 214. Entre os que não encaminharam qualquer emenda está o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna.

Até o final da tarde de ontem, apenas 133 dos 559 constituintes haviam esgotado suas cotas de quatro emendas individuais, como permite o Regimento Interno. Grande parte não entregou proposição alguma, ficando em pouco mais de 200 o número de parlamentares que já apresentaram

suas emendas. O primeiro dia do prazo de apresentação de emendas continua sendo o recordista, com 271 proposições apresentadas à Secretaria. Na sexta-feira, os constituintes entregaram 203 propostas; sábado e domingo, apenas duas em cada dia; segunda, 96; e ontem 214. Entre os que não encaminharam qualquer emenda está o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna.



Ulysses presidiu a sessão por apenas uma hora

PLENÁRIO Muitos temas não empolgam a sessão vazia

O deputado Ulysses Guimarães reiterou ontem, na sessão plenária da Constituinte, a proposta de se votar em bloco as questões não muito polêmicas, para que os trabalhos se desenvolvessem com mais rapidez. Ulysses, que presidiu a sessão por apenas uma hora, falou para um plenário vazio, onde pouco menos de 30 deputados se revezaram em um sonolento pinga-fogo, com os assuntos variando entre a proposta de ida do Brasil ao FMI até a questão da esterilidade feminina, colocada em discussão pelo deputado, e também médico, Nelson Seixas (PDT-SP).

Um dos poucos assuntos a causar impacto foi a denúncia feita pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que acusou a Polícia Militar do Rio de Janeiro de, no centenário da Abolição da Escravatura, praticar um ato de discriminação racial, ao afastar de um trabalho voluntário no Aeroporto Internacional da cidade, seis policiais femininas de cor negra. A deputada petista falou ainda que o ato de discriminação racial ficou comprovado, "pois apenas as negras foram afastadas, tendo permanecido quatro policiais brancas".

Como houve muita movimentação por conta do ocorrido, o comando da PM, em atitude de dupla discriminação, optou por afastar do trabalho no aeroporto todas as policiais do sexo feminino.

FALSIFICAÇÃO
Também ocupou a tribuna

Deputados do DF rebatem acusações

Constituintes do Distrito Federal que integram o Centrão não aceitam as acusações feitas pelo Sindicato dos Bancários de Brasília, que através de panfletos e cartazes os chama de "traidores do povo". O senador Meira Filho (PMDB) devolve aos autores da denúncia a mesma expressão, afirmando que "traidores foram aqueles que em 1930 assassinaram, dormindo, irmãos nossos brasileiros", referindo-se à passagem da história do País conhecida como Intentona Comunista.

Também o deputado Francisco Carneiro (PMDB), que é um dos coordenadores do Centrão, vê a acusação dos "comunistas" como uma "insatisfação inexplicável". Segundo ele, aqueles que hoje o acusam de traidor são parte de um grupo de insatisfeitos que talvez não tenham levado em conta os grandes inconvenientes e os atropelamentos que uma eleição este ano para o DF pode criar. "É uma precipitação", considerou o constituinte.

Para mostrar que mesmo estando no Centrão eles estão do lado da classe trabalhadora brasileira, ambos os parlamentares destacaram o trabalho já feito no Congresso Nacional e na Constituinte, dando ênfase às propostas que visam ampliar ou garantir os direitos dos trabalhadores. Carneiro falou que ontem mesmo havia apresentado emenda, com o apoio do Centrão, propondo que os trabalhadores tenham participação nos lucros das empresas; outra garantindo a lei de greve também para os servidores públicos e uma terceira fixando em 44 horas semanais a jornada de trabalho, conforme foi aprovado na Comissão de Sistematização.

Acordo entre grupos não ultrapassa 70%

Na véspera do prazo final para a apresentação de emendas, o Centrão e o grupo dos 32 não conseguiram ontem superar as divergências em torno de 14 pontos importantes do projeto constitucional, nem chegaram a uma redação comum para a questão da estabilidade. O acordo entre os dois grupos não deve incluir itens como propriedade dos recursos minerais e do subsolo, direito de greve aos servidores públicos, função do Estado na economia, conceito de empresa nacional e imprescritibilidade das ações trabalhistas. Mas segundo o senador Virgílio Távora (PDS-CE) o entendimento ocorrerá em 65 a 70 por cento do texto.

Durante todo o dia de ontem os dois grupos e o Centrão estiveram reunidos examinando os diferentes títulos da proposta de Constituição. Na estabilidade, o grupo dos 32 chegou a aceitar uma indenização ao trabalhador demitido injustamente, voltou a defender a sugestão de proteção de relação de emprego contra a despedida imotivada, como informou o senador Távora.

O Centrão, segundo a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), concorda com o texto do Hércules IV, produzido pelo grupo dos 32 — "relação de emprego, proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa, na forma da lei". A deputada disse também que o grupo dos 32 não apoia a proposta do Centrão, que fala em indenização, porque "não se conforma com o uso da palavra estabilidade para uma proposta que não é de estabilidade". Já o senador Albano Franco (PMDB-SE), interlocutor dos empresários, disse que a estabilidade não é matéria constitucional, mas observou que já que o assunto está sendo tratado pela Constituinte, o

PMDB patrocinará 40 emendas programáticas

Em busca de um texto que retrate melhor o perfil programático do PMDB, a liderança do partido na Constituinte encaminha hoje à Comissão de Sistematização um pacote contendo cerca de 40 emendas, elaboradas sob a orientação do presidente Ulysses Guimarães. Depois de três reuniões de estudos realizadas entre os parlamentares mais ligados à liderança, ontem à noite o trabalho coordenado pelo deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) estava quase concluído. Entre as emendas selecionadas que serão encampadas pelo PMDB — e entregues hoje à noite à Mesa — uma é considerada especialmente importante: a que fixa o mandato do Presidente da República em 4 anos, no corpo permanente do texto, ao invés de 5, como foi aprovado pela Comissão de Sistematização.

Esta emenda, que reduz o mandato presidencial de 5 para 4 anos, deverá ser patrocinada pessoalmente pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (PMDB-SP). "Por enquanto o nome mais cogitado pela liderança para defender a emenda que fixa em 4 anos o mandato de todos os presidentes é o do senador Mário Covas. Estamos estudando esta possibilidade", observa Jobim.

princípio da indenização tem que ser estabelecido.

SEM CONSENSO

Os 14 pontos sobre os quais não houve acordo entre o Centrão e o grupo dos 32 são os seguintes, segundo Virgílio Távora:

— **Voto**: o grupo dos 32 quer o voto facultativo para os menores a partir de 16 anos, e o Centrão só admite para os que irão completar 18 anos até à data da eleição.

— **Imprescritibilidade**: o grupo dos 32 quer a não-prescrição no prazo inferior a cinco anos, contados da data da lesão ao direito originário de relação de emprego, e o Centrão só aceita o prazo de dois anos.

— **Bens da União**: o Centrão não aceita, ao contrário do grupo dos 32, que sejam incluídos entre os bens da União os recursos minerais e o subsolo.

— **Greve**: o grupo dos 32 aceita o direito de greve aos servidores públicos, exceto nas atividades essenciais. O Centrão não concorda com a extensão do direito aos servidores públicos.

— **Deputados**: o grupo dos 32 quer que o número de deputados por Estado seja de no máximo 80 e o Centrão só admite 60.

— **Estado e economia**: o Centrão, ao contrário do grupo dos 32, não admite a função controladora do Estado sobre a economia.

— **Empresa Nacional**: a ideia geral, segundo o senador Távora, é a de o texto não ser xenofóbico, defender a empresa nacional mas não afugentar o capital estrangeiro. Mas há divergências internas no conceito. Távora disse que o "furo da questão" está resolvido, e Sandra Cavalcanti afirmou que o que está sendo discutido "é litúrgico".

— **Recursos hídricos**: não devem ser incluídos en-

Como funciona a "preferência"

MARBA FURTADO
Da Editora de Política

Quanto maior o número de assinatura em uma emenda, melhor a chance de preferência. A maior chance de a matéria ser mais rapidamente apreciada em plenário. Esta é a regra geral que fundamenta a alteração do Regimento Interno da Assembleia e que tem ocupado diariamente os constituintes em busca de signatários para suas propostas. Conseguir 280 assinaturas para dar preferência automática a uma proposição, durante a votação do projeto de Constituição (como prevê o artigo 1º do Regimento), se transformou na tarefa mais árdua destes quase 12 meses da Constituinte, inclusive para os coordenadores do Centrão, grupo que propôs a nova medida. Além do trabalho de ir atrás de deputados e senadores que queiram assinar, os autores das propostas têm que garantir a autenticidade da assinatura, tomando cuidado para não repetir os assinantes entre tantos nomes.

De acordo com as novas normas regimentais, os constituintes têm até as 19h de hoje para apresentar 4 emendas individuais (que incidam sobre artigo, parágrafo, inciso ou alínea do projeto), substitutivos a títulos, capítulos, seções e subseções e emendas coletivas. Quem conseguir 280 assinaturas (maioria absoluta da Assembleia) para sua proposta garante à matéria preferência automática na hora da votação em plenário do capítulo a que diga respeito. A proposição que vier inscrita por um número menor de constituintes deve cumprir todas as etapas previstas no Regimento Interno: será objeto de pedido de destaque que, posteriormente, se incluirá em requerimentos de preferência para ser votado.

Os artigos 4º e 5º do novo Regimento Interno estabelecem as normas para esta fase. Depois de um prazo de sete dias (que começa amanhã) para o relator emitir parecer sobre as emendas e mais dois dias para a publicação e a distribuição deste parecer, os constituintes têm três dias para apresentar seus pedidos de destaque (seis para cada um), que devem incluir sobre parte ou a totalidade de emenda individual ou popular, substitutivo ou dispositivo do projeto de Constituição. No dia 36 (um dia antes do texto da Sistematização começar a ser votado pelo plenário), até as 18h, devem ser encaminhados os requerimentos de preferência, com no mínimo 56 subscritores, para votação dos destaques referentes a emendas propostas ao Preâmbulo e ao Título I (se estes dois dispositivos forem votados logo no primeiro dia).

Neste ponto se estabelece o "divisor de águas" proposto pelo Centrão. O requerimento de preferência que contiver maior número de assinatura terá prioridade para votação. Mas nenhum deles, mesmo que venha subscrito por maioria absoluta (280 signatários) passará à frente da emenda que até as 19h de hoje der entrada na Secretaria Geral da Mesa com este número de assinantes. Com exceção destas proposições, que terão preferência automática, todos os requerimentos serão submetidos a voto, seguindo a ordem de prioridade atribuída pelo número de subscritores de cada um.

De acordo com as novas normas regimentais, os constituintes têm até as 19h de hoje para apresentar 4 emendas individuais (que incidam sobre artigo, parágrafo, inciso ou alínea do projeto), substitutivos a títulos, capítulos, seções e subseções e emendas coletivas. Quem conseguir 280 assinaturas (maioria absoluta da Assembleia) para sua proposta garante à matéria preferência automática na hora da votação em plenário do capítulo a que diga respeito. A proposição que vier inscrita por um número menor de constituintes deve cumprir todas as etapas previstas no Regimento Interno: será objeto de pedido de destaque que, posteriormente, se incluirá em requerimentos de preferência para ser votado.

Ulysses quer reduzir quorum para revisão

A atual — "estamos na era do computador" — exige processos mais rápidos de decisão, por parte do Legislativo: "A exigência de dois terços é do começo do século".

Pela emenda patrocinada por Ulysses Guimarães, o quorum para se efetivar modificações no texto constitucional cairia de 325 para 293 votos na Câmara, e de 48 para 44 votos, no Senado. O critério, observou, "é adotado na Alemanha, Ocidental, na França, na Espanha, na Argentina e em outros países".

A ideia de se votar em um único pacote as matérias consensuais do projeto de Constituição, segundo o deputado Ulysses Guimarães "está tendo boa receptividade". Ele já conversou com as lideranças do seu partido mas, observou, "só teremos uma ideia exata disso depois da apresentação das emendas".

As informações que lhe chegaram até o final da

tarde de ontem, sobre o número de emendas — em torno de 500 — deixaram Ulysses animado, quanto à conclusão dos trabalhos da Constituinte, que ele prevê para um prazo máximo de dois meses.

Mesmo assim, resolveu fazer um apelo a todos os constituintes, no que diz respeito aos destaques — seis para cada um: "Espero que os parlamentares se façam destaques quando tiverem certeza de que estarão contribuindo para o aperfeiçoamento do texto constitucional".

Do levantamento apresentado pelo líder do PDS, deputado Amaral Netto, que não acredita no fim da Constituinte antes do mês de julho, Ulysses disse que "mandei verificar os dados que ele me apresentou mas, com os procedimentos que estamos adotando, e com a boa vontade de todos, acredito que o prazo de um mês e meio a dois meses é razoável".